

O DESPACHANTE ADUANEIRO E O NOVO REGULAMENTO ADUANEIRO

Colaboração: Domingos de Torre

09.02.09

Como é do conhecimento do prezado Associado, o Decreto nº 6.759, de 05.02.09, publicado no DOU-1 nº 26, do dia seguinte, folhas nºs. 1 a 47, dispõe sobre o novo Regulamento Aduaneiro, composto por 820 artigos (o anterior era composto por 732), o qual entrou em vigor na data de sua publicação.

Aos poucos todos nós iremos analisar a íntegra desse diploma legal e verificar as eventuais mudanças, mas por enquanto estudaremos os artigos 808 a 810 desse diploma legal sistêmico das normas e institutos aduaneiros.

Do Regulamento Anterior

O Regulamento precedente, que foi revogado pelo ora noticiado, o qual dentro do Título III – “DO CONTROLE ADMINISTRATIVO ESPECÍFICO”, dedicava apenas um artigo, de nº 719 e seu parágrafo único, em um Capítulo, o III, sob o título “DAS ATIVIDADES RELACIONADAS AOS SERVIÇOS ADUANEIROS” e mais especificamente numa Seção, nº I, sob o título “Das Atividades Relacionadas ao Despacho Aduaneiro”, dentro do Título III, do Livro VII. Este dispositivo estabelecia que “*As atividades relacionadas ao despacho aduaneiro de mercadorias importadas e exportadas, bem assim quaisquer outras relativas a operações de comércio exterior, poderão ser realizadas pelo importador, pelo exportador ou por seus representantes (Decreto-lei nº 2.472, de 1988, art. 5º)*”. O parágrafo único dava conta de que a prática das atividades depende de prévia habilitação do responsável legal da pessoa jurídica interessada, bem assim do credenciamento das pessoas físicas que atuarão em seu nome no exercício dessas atividades, de conformidade com o estabelecido pela Secretaria da Receita Federal e em norma específica.

Essa norma específica é, atualmente, a IN-SRF nº 650, de 12.05.06.

O nome do despachante aduaneiro, portanto, não era citado mas apenas o artigo 5º do Decreto-lei nº 2.472, de 01.09.88, que na verdade abarca não só o Despachante Aduaneiro mas também outras pessoas autorizadas a praticarem atividades relacionadas ao despacho aduaneiro.

A Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros, mediante inúmeros contatos com as autoridades daquela Secretaria exteriorizou a necessidade de se incluir o Despachante Aduaneiro em Capítulo, Seção ou Subseção do Regulamento Aduaneiro, a exemplo de outros Países, o que também foi feito por manifestações em congressos e seminários dos quais participaram servidores de tal Secretaria.

Argumentou a Federação, lastreada em legislação comparada, que todos os Países da América Latina e de várias partes do Mundo, dedicam Capítulos totalmente voltados à figura do Despachante Aduaneiro, estabelecendo tudo a respeito desses profissionais, tais como a forma e as exigências para o ingresso na função, responsabilidades e penalidades.

Do Regulamento Aduaneiro ora Noticiado

O Regulamento Aduaneiro que acaba de ser baixado pelo Decreto nº 6.759, de 05.02.09, embora não desça aos detalhes sobre o assunto na forma ampla como o faz os demais Países por meio de seus Códigos Aduaneiros, altera a redação que constava dessa mesma Seção I – “Das Atividades Relacionadas ao Despacho Aduaneiro”, e cria a Subseção I - “Das Disposições Gerais”, a qual, substituindo o artigo 718 do Regulamento Aduaneiro anterior, estabelece, em seu artigo 808, quais são as atividades relacionadas ao despacho aduaneiro e o faz transportando, com pequenas variações, as definições constantes do artigo 1º do Decreto nº 646, de 09.09.92. Veja-se como ficou a nova definição das atividades relacionadas ao despacho aduaneiro de mercadorias, inclusive de bagagem de viajante, na importação, na exportação ou na internação, transportadas por qualquer via:

“.....
Art. 808. São atividades relacionadas ao despacho aduaneiro de mercadorias, inclusive bagagem de viajante, na importação, na exportação ou na internação, transportadas por qualquer via, as referentes a:
I - preparação, entrada e acompanhamento da tramitação e apresentação de documentos relativos ao despacho aduaneiro;
II - subscrição de documentos relativos ao despacho aduaneiro, inclusive termos de responsabilidade;
III - ciência e recebimento de intimações, de notificações, de autos de infração, de despachos, de decisões e de outros atos e termos processuais relacionados com o procedimento de despacho aduaneiro;
IV - acompanhamento da verificação da mercadoria na conferência aduaneira, inclusive da retirada de amostras para assistência técnica e perícia;
V - recebimento de mercadorias desembaraçadas;
VI - solicitação e acompanhamento de vistoria aduaneira; e
VII - desistência de vistoria aduaneira.
.....”

De acordo com o § 5º do artigo 810 o Ajudante de Despachante Aduaneiro poderá exercer as atividades descritas nos incisos I, IV, V e VI, o que significa dizer que não poderá exercer as referidas nos incisos II, III, VII.

Logo a seguir, o § 1º daquele artigo 808 da mesma Subseção I, reproduz o constante do artigo 24 daquele Decreto nº 646, de 1992, que dispõe sobre a exigência de cláusula expressa e específica do mandato para fins de subscrição pelo mandatário de termo de responsabilidade em garantia do cumprimento de obrigação tributária, ou pedidos de restituição de indébito, de compensação ou de desistência de vistoria aduaneira.

O § 2º do mesmo dispositivo legal assinala que a Secretaria da Receita Federal do Brasil poderá dispor sobre outras atividades relacionadas ao despacho aduaneiro, afora, obviamente, as elencadas nos incisos I a VII do *caput*.

Já o artigo 809 trata da representação do importador e do exportador para o exercício das atividades contempladas no artigo 808, bem como em outras operações de comércio exterior. Esse artigo 809 cita, ao final e entre parênteses, o artigo 5º, *caput*, do Decreto-lei nº 2.472, de 1988 e o seu § 1º.

Essa citação constava, também, do artigo 718 da redação do Regulamento Aduaneiro anterior, mas não mencionava o seu § 1º.

A citação desse § 1º ocorreu, certamente, em função de trabalho da Federação que foi enviado às autoridades da COANA, em forma de gráfico, demonstrativo de quais pessoas podem atuar no despacho aduaneiro em razão do disposto no artigo 5º, § 1º, alíneas “a”, “b” e “c”, combinado com os artigos 4º e 14 e incisos, do Decreto nº 646, de 1992, sendo que o artigo 809 manteve a mesma estrutura contida naqueles dispositivos do Decreto-lei nº 2.472, de 1988 e do Decreto nº 646, de 1992, com pequenas variações em sua redação.

Assim é que esse artigo 809 transferiu para o Regulamento Aduaneiro o disposto naqueles diplomas legais e em especial o contido nos artigos 4º e 14 e incisos do Decreto nº 646, de 1992. A redação ficou mais clara e visível quando assinala que a pessoa que representa o importador ou o exportador, ou outro interessado, é o:

- a) dirigente ou empregado com vínculo empregatício exclusivo com o interessado, munido de mandato que lhe outorgue plenos poderes para o mister, sem cláusulas excludentes da responsabilidade do outorgante mediante ato ou omissão do outorgado, no caso de operações efetuadas por pessoas jurídicas de direito privado;
- b) funcionário ou servidor, especialmente designado, no caso de operações efetuadas por órgão da administração pública direta ou autárquica, federal, estadual ou municipal, missão diplomática ou repartição consular de país estrangeiro ou representação de órgãos internacionais;
- c) próprio interessado, no caso de operações efetuadas por pessoas físicas; e o
- d) despachante aduaneiro, **EM QUALQUER CASO.**

Já na Subseção II – “Do Despachante Aduaneiro”, o artigo 810 repete normas do Decreto nº 646, de 1992, que permite o exercício da profissão somente à pessoa física inscrita no Registro de Despachantes Aduaneiros mantido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e que tem como matriz o artigo 5º, § 3º, do Decreto-lei nº 2.472, de 1988, tanto que este último diploma legal está citado, entre parênteses, em tal artigo 810.

O § 1º desse artigo 810 repete, praticamente, as regras existentes no Decreto nº 646, de 1992, mas introduz algumas alterações. Mantém, para fins de inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros, a exigência de dois anos de inscrição no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros e de formação de nível médio, assim:

“.....
Art. 810.
§ 1º.....
I - comprovação de inscrição há pelo menos dois anos no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, mantido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II - ausência de condenação, por decisão transitada em julgado, à pena privativa de liberdade;
III - inexistência de pendências em relação a obrigações eleitorais e, se for o caso, militares;
IV - maioridade civil;
V - formação de nível médio; e
VI - aprovação em exame de qualificação técnica.
.....”

A novidade – que também tem sido uma antiga reivindicação da Federação, é que se exigirá aprovação em exame de qualificação técnica para os Despachantes Aduaneiros, o que será ainda disciplinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Vale lembrar que o atual Regulamento Aduaneiro, a se ver do § 5º do artigo 810, estabelece que os Ajudantes de Despachantes Aduaneiros poderão estar tecnicamente subordinados a um Despachante Aduaneiro, mas não repete o disposto no parágrafo único da legislação anterior que dispunha sobre a matéria, ou seja, o artigo 8º do Decreto nº 646, de 1992. Este parágrafo assentava que a subordinação técnica não tinha caráter permanente e que podia variar a cada despacho. Esta redação não constou do atual Regulamento, assim como não constou a regra anterior, prevista no artigo 9º do Decreto nº 646, de 1992, no sentido de que o Despachante Aduaneiro poderá ter sob sua subordinação técnica tantos Ajudantes quantos lhe convier.

Um outro ponto interessante é o da menção no Regulamento Aduaneiro, mais exatamente no § 2º do artigo 810, de que o Despachante Aduaneiro, na execução de suas atividades, poderá contratar livremente seus honorários profissionais e cita, entre parênteses, o Decreto-lei nº 2.472, de 1998, art. 5º, § 2º, como sendo sua matriz. E mais que isso: o artigo 7º do Decreto nº 646, de 1992, incluía o Ajudante de Despachante Aduaneiro como sujeito, também, à contratação livre de seus honorários profissionais, sendo que o novo Regulamento Aduaneiro, ao se referir a essa contratação livre de honorários, menciona apenas o Despachante Aduaneiro e não mais o Ajudante. É de se dizer, por oportuno, que a citação do artigo 5º, § 2º, do Decreto-lei nº 2.472, de 1988, ao final desse § 2º de tal artigo 810, entre parênteses, reitera a forma atual de pagamento de honorários de Despachante Aduaneiro, ou seja, por intermédio de suas entidades de classe.

É de se admitir que esses pontos constarão da nova regulamentação que alterará substancialmente ou substituirá o atual Decreto nº 646, de 01.09.92, que se encontra em fase de estudos naquela Secretaria.

O novo Regulamento Aduaneiro, por outro lado, transportou para o seu artigo 735 as sanções administrativas previstas no artigo 76 da Lei nº 10.833, de 2003, a que estão sujeitos os intervenientes nas operações de comércio exterior, entre os quais inclui o Despachante Aduaneiro como um deles (§ 2º do art. 735).

As observações acima expendidas valem como primeiras observações a respeito do assunto, sem prejuízo de outras que certamente serão efetuadas posteriormente.